

ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gelson Merisio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Digital, quero fazer menção ao vereador de Joinville, o Maycon Cesar, que nos visita, vereador de primeiro mandato, que tem desempenhado sua função naquela Casa Legislativa, lá na minha cidade, escola pela qual tive a honra de passar, pois é uma grande escola a Câmara de Vereadores de Joinville.

Entendo que esse trabalho que é feito aqui torna Santa Catarina uma referência nessa atuação, por conta de inúmeras tragédias pelas quais passamos no estado, sejam elas de enchente, de seca, de furacão, de tornado. E estou falando,

deputado Neodi Saretta, dos 40 anos da nossa Defesa Civil, que estão sendo comemorados neste ano.

À época, em 1973, o governador era Colombo Salles. E através de uma visão extraordinária que teve ele criou a Defesa Civil, justo em 1973. E em menos de um ano depois ela já precisou fazer o seu papel, seu primeiro trabalho, na grande enchente de Tubarão, em 1974. De lá para cá uma série de eventos até catastróficos foram sendo registrados, fazendo com que Santa Catarina envolvesse todo o seu povo, num momento de solidariedade tão fantástica, que nos trouxe, infelizmente por um lado e felizmente por outro, esse *know how* que temos com relação à proteção civil.

Peço que seja colocado um vídeo que foi rodado ontem na cerimônia de entrega de algumas condecorações, que faz o registro desses 40 anos da Defesa Civil aqui no estado de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esse é um vídeo que achei extremamente importante, sr. presidente, trazer e deixar registrado na Casa, até porque mostra que, de tempos em tempos, estamos sofrendo alguma situação com relação ao clima em nosso estado.

Esta Casa, nesta legislatura, decidiu criar uma comissão permanente de Proteção Civil para envolver os 40 deputados, os funcionários da Casa, como também a Escola do Legislativo, para que não possamos ficar simplesmente acompanhando o processo, mas, sim, fazer parte de todo esse processo. Até porque quando acontece algum efeito climático, nós, deputados, somos acionados porque estamos lá e precisamos levar ajuda.

Então, quero deixar aqui esse registro que aos 40 anos da Defesa Civil este Poder está participando efetivamente desse processo, agora, sob a presidência do deputado Jean Kuhlmann, na comissão de Defesa Civil. Eu fiquei nos dois primeiros anos, desde a sua fundação, mas agora me deram a missão de ocupar a Mesa, mas fico muito contente em poder participar e ver que a comissão de Defesa Civil está atuante nesse processo de busca de solução.

Quero fazer aqui um registro digno de ser feito em relação ao governo do estado através do governador Raimundo Colombo que tem se empenhado para prever o futuro. Está sendo colocado aqui o radar meteorológico que vai nos dar condições de ter alguma antecipação dos fatos.

Faço aqui também um registro positivo da prefeitura de Itajaí, que lançou um sistema, presidente, em que agora os cidadãos de Itajaí que se cadastrarem nesse sistema poderão receber, através do telefone celular, mensagem dizendo da altura do nível do rio Itajaí, ou seja, isso é informação.

Lembro-me de que na última enchente, quando ainda era presidente da comissão de Defesa Civil, estávamos passando pelas cidades do vale do Itajaí. E ao chegar a Itajaí, lembramos o que aconteceu no Rio de Janeiro, quando o prefeito saiu com o carro avisando que vinha uma grande chuva, para que as pessoas pudessem sair das regiões perigosas. Na última enchente o prefeito, à época, Jandir Bellini também fez o mesmo, ou seja, colocou o carro de som avisando que vinha água, porque a água estava descendo do alto vale, e isso acabou ajudando muito as pessoas.

Assim, prevenção é a palavra chave quando se trata de Defesa Civil, ou seja, prevenir, alertar, pois não adianta ficar sabendo na hora do evento.

Então, parabéns ao governo do estado, que está fazendo esse trabalho forte junto com o banco Jica, do Japão, para que possamos ter aqui tecnologia de ponta, para que possamos prever essas situações que acabam trazendo tantas dificuldades para Santa Catarina.

Srs. deputados, sei que o meu registro leva a assinatura dos 40 deputados desta Casa, pelos 40 anos da Defesa Civil. O meu registro positivo às entidades governamentais, ao Exército brasileiro, que faz um trabalho fantástico neste momento, aos bombeiros voluntários, aos agentes da Defesa Civil, às organizações não governamentais, como o PXC, como a Rede Feminina de Combate ao Câncer e tantas outras, ou seja, ao voluntariado que é o elenco que torna a Defesa Civil, esse trabalho de

voluntariado e de construção tão bonito como o que é feito aqui.

Parabéns mais uma vez ao agora secretário de Proteção Civil, Milton Hobus, que viveu há pouco tempo essa grande dificuldade em sua cidade natal, Rio do Sul, que agora pode socializar a experiência que tem junto à secretaria de Defesa Civil do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaríamos de repercutir nesta tribuna uma medida anunciada ontem pela presidente Dilma Rousseff, uma medida importante dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, que é um dos maiores programas habitacionais que este país já teve, que está possibilitando a milhares de pessoas o acesso à moradia, que é o sonho de toda pessoa, de toda família.

Agora, temos um novo benefício a esses integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, que terão à disposição uma linha de crédito especial, no total de R\$ 18,7 bilhões, que estão sendo colocados nessa linha de crédito para comprar móveis e eletrodomésticos.

Essas famílias poderão ser beneficiadas com recursos de até R\$ 5 mil, com taxas de 5% ao ano, prazo de pagamento de 48 meses e desconto de 5% no preço à vista. Considera-se preço à vista e mais um desconto de 5%, portanto, uma condição bastante facilitada para que possam esses beneficiários do Bolsa-Família acessar a esses recursos importantes que garantem, além da casa própria, a questão dos eletrodomésticos incluídos como também móveis, roupeiros, camas, mesas, sofás etc.

Nós queremos destacar isso, porque entendemos que é importante essa medida que será operacionalizada através de um cartão magnético, que o governo vai disponibilizar, emitido pela

Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, que são os operadores do programa.

Nós esperamos que esse programa Minha Casa Minha Vida continue possibilitando que mais gente, mais pessoas possam ter acesso à moradia.

O segundo assunto que eu gostaria de abordar, nesta manhã, é ainda fazer repercutir mais um pouco a aprovação que nós tivemos, nesta Casa, do Fundo de Apoio aos Municípios, desses R\$ 500 milhões que vão socorrer os municípios. E que esses recursos, além dos nossos desejos, sejam liberados o quanto antes possível, para que todos os municípios possam ter acesso, mas que possam também nos municípios promover de fato o desenvolvimento municipal, fazer as obras mais necessárias para cada uma das comunidades catarinenses.

Nós acompanhamos, seguidamente, as ações dos municípios, dos nossos prefeitos, de secretários, da comunidade dos municípios, que anseiam sempre por melhorias. E temos muito a fazer, principalmente, na melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades; portanto, esses recursos devem ser prioritariamente canalizados para isso, para ações e serviços que melhorem a qualidade de vida da nossa gente e do nosso povo.

Além desses recursos do fundo para obras, entendemos, e vou voltar a esse assunto, de que Santa Catarina deve destinar, deputado Sargento Amauri Soares, um percentual maior para a saúde e para a educação, já que no ano passado ficou abaixo dos limites condicionais. E sabemos que para desenvolver efetivamente um país a educação é o fundamental, mas é preciso mais recursos. E a questão da saúde é sempre o tema que mostra maior angústia, maior expectativa por parte da comunidade por melhorias.

Então, acredito que no bojo de todos esses recursos que estão sendo anunciados para obras, para infraestrutura, também deve se pensar na questão dos serviços públicos, da saúde, da segurança, da educação, que não pode ser relegado a um segundo plano.

As obras físicas são importantes, fundamentais, a infraestrutura, as rodovias, tudo isso é importante. Mas a parte do serviço, do atendimento direto ao cidadão é importante, é fundamental, sem o que não teremos efetivamente a garantia da qualidade de vida para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero voltar ao assunto sobre a questão do transporte coletivo.

Numa avaliação mais tranquila, enquanto o transporte coletivo, que é uma concessão pública, for tratado como uma fonte de lucro ou mais uma fonte de lucro, não haverá nada que se possa chamar de uma efetiva política de mobilidade urbana nos grandes centros urbanos e nas cidades maiores do estado de Santa Catarina também, especialmente na Grande Florianópolis.

Quero dizer que por mais que se diga ou que se pretenda dizer algumas vezes que o problema do transporte é pela greve dos trabalhadores, o que acaba criminalizando a greve, tomam-se decisões absurdas e são ditas frases totalmente desproporcionais, despropositadas, contra os trabalhadores em greve ou sua sindicância.

É preciso falar também dos diversos absurdos que se cometeu na política de transporte coletivo aqui da capital, na última década. Inclusive, uma pretensão de transporte integrado levou à desintegração do pouco que havia do transporte coletivo. Há uma dezena de terminais construídos e três deles pelo menos nunca foram usados. Foram construídos com dinheiro público e estão abandonados até hoje. E de vez em quando sai na mídia que tem sido espaço para reunião de consumo e tráfico de drogas, cometimento de outros ilícitos, inclusive estupro. Esses terminais foram construídos com dinheiro público e dados para

administração das próprias empresas do transporte coletivo, que cobram uma taxa na tarifa porque administram os terminais.

O consórcio das empresas, chamado Cotisa, controla os terminais, usa-os como espaço de venda, mercado público, *shoppings* pequenos e cobra do usuário. Mas esse consórcio administra os terminais construídos com o dinheiro público. Esse é um dos absurdos que se cometeu aqui na capital com o transporte coletivo. E digo isso porque parece que não se pretende falar.

Tenho defendido, nesta tribuna, a construção de uma empresa pública de transporte. E volto a esse ponto na medida em que poderia começar a resolver o problema da mobilidade urbana na grande Florianópolis. Dizem que não pode. Mas é claro que pode, pois se é uma concessão pública o Poder Público pode tomar para si a responsabilidade. Aliás, a responsabilidade é do Poder Público. Por que não constituir uma empresa pública de transporte? E chamaram de mais absurdo ainda o que vou dizer agora, que seria racionalmente importante a extinção da tarifa, ou seja, uma empresa pública que preste um serviço, que também é um serviço essencial, de forma gratuita.

Srs. deputados, a maioria por aí afora dos formadores de opinião, inclusive aqui, neste Parlamento, acham essa proposta absurda. Mas quero afirmar que só pode parecer absurda para quem considera que tudo e qualquer coisa possa ser sempre uma fonte de lucro privado para alguém, porque desde o ponto de vista econômico até o ambiental, sem falar do direito à cidade, do direito inclusive de sair para procurar emprego, ter o sistema de transporte gratuito com certeza seria muito importante para o conjunto da sociedade, para todas as classes sociais, porque esse dinheiro que os trabalhadores pobres das cidades gastam com transporte não iria para Miami, Nova Iorque, Londres e Paris, ficaria no comércio das nossas próprias cidades, girando.

Agora, é interessante aqui que quem acha um absurdo defender o sistema de transporte gratuito não acha absurdo o Poder Público dar milhões e

milhões em incentivos para monopólios do automóvel. Estamos cada vez mais engarrafados nas nossas cidades, cada vez gastando mais tempo, combustível, mais recursos econômicos e, também, mais natureza, dilapidando mais o ambiente. Mas não se considera absurdo. E para mim é absolutamente absurdo o Poder Público gastar milhões e milhões em políticas de incentivo a monopólios do carro.

Se usássemos 30% desse recurso com o sistema de transporte coletivo, com certeza não teríamos as imensas filas que temos todos os dias. E também geraria emprego. A BMW vai gerar sei lá quantos empregos. A GM tem uma fábrica montadora de peças no norte do estado. E eu estava lendo, deputado Kennedy Nunes, que ela tem 300 empregos para catarinenses. Cem pequenos agricultores de Santa Catarina proporcionam mais empregos do que a GM. E precisa ganhar todos os incentivos do mundo. Mas isso ninguém considera que é um absurdo.

Agora falaram que tem que subsidiar o transporte, fazer uma empresa pública de transporte coletivo, com vista a baratear muito o preço da tarifa ou então, de preferência, e é possível, viável ou não, do ponto de vista econômico, ambiental, cultural e de direitos, que o transporte seja um direito essencial e garantido de forma pública, para que as pessoas tenham efetivamente direito à cidade e esses recursos fiquem girando dentro da própria cidade, dentro do próprio estado. Mas isso não se fala. Então, mantém-se silêncio o ano inteiro.

Quando os trabalhadores fazem greve dois dias, cai o mundo, porque a sociedade, a população, perdeu o seu direito de ir e vir. Mas não se fala do precário direito de ir e vir que todos nós temos todos os dias e de 30% da população que não tem esse direito, porque tem que ficar lá no bairro, porque não tem dinheiro para pegar o ônibus sequer para vir procurar emprego. Vai caminhando de um bairro até outro ou de bicicleta, para ver se encontra um trabalho.

Senhores, nesse tempo que falta quero falar ainda de uma questão também importante.

Com relação ao salário dos servidores militares do estado de Santa Catarina, existe uma insatisfação dos praças, com algumas propostas que foram apresentadas pelas esferas de comando. Propostas de subsídios que têm como contrapartida a retirada de direitos importantes, como a jornada de trabalho, remuneração da graduação imediata etc.

Existe a necessidade de se construir uma política justa de salário, aquela que trata todos de forma proporcionalmente igual. E para nós proporcionalmente igual, em termos de salário, é que o maior salário não seja mais do que quatro vezes o menor salário, ou seja, uma diferença de no máximo quatro vezes entre o maior e o menor salário, dentro da estrutura da segurança pública. E no caso específico dentro das carreiras dos militares estaduais. Essa é a baliza.

E quero recorrer aqui ao governo do estado, ao Poder Executivo, ao próprio governador, mais especialmente ao secretário Antônio Gavazzoni, secretário da Fazenda, ao Derly da Anunciação, da Administração, que estão tratando desse assunto neste momento, que, por gentileza, possam se ater as essas balizas com relação à diferença de quatro vezes entre o maior e o menor salário, no trato da política para os militares estaduais.

Os praças estão em regime de prontidão, pode-se dizer assim, no estado inteiro, prontos para as mobilizações, na perspectiva de não perder nenhum direito e na perspectiva de que possamos ter uma política de salário justa.

Então, o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e o secretário Derly da Anunciação, da Administração, precisam estar atentos a essas questões. E estou recorrendo aqui inclusive porque não tenho conseguido falar pessoalmente com eles, então, desta tribuna recorro a esse cuidado, porque tem coisas sensíveis na segurança pública e entre os militares que vêm de duas décadas, que precisamos ter atenção sobre elas, porque podem tomar medidas que desagrade a maioria, e isso não é bom para a população e não é bom para a segurança dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, Itajaí, dia 15 de junho fará 153 anos de história e de sucesso.

(Passa a ler.)

"Itajaí, cidade evoluída do litoral catarinense.

Itajaí, 'beijada pelas águas azuis e balançantes do Oceano Atlântico, que na satisfação incontida de quererem beijar a orla marítima, redilham-na de branca espuma.

Itajaí, terra de sol e do mar, de praias e belas sereias, da brisa suave e fagueira que envolve as brancas areias.

Itajaí, de um povo trabalhador, hospitaleiro, amigo sincero e leal, jamais em todo Brasil, você verá outro igual.

Itajaí, toda esta poesia advém a sua geografia, que desenha a sua economia.

Da poesia que vem do rio e do mar.'

Da geografia do rio e do mar, na porta de entrada do portentoso vale do Itajaí, na Foz do Rio e da Amfri, na rota do sol da Costa Esmeralda, que vem do rio e do mar.

Da economia, cuja força vem das águas do rio e do mar.

Da identidade, cujo DNA vem do rio e do mar.

Porto, pesca, construção naval, Petrobrás, turismo...

É a força das águas, a força do rio e do mar.

Parabéns Itajaí, 153 anos! 2ª economia de SC, 35ª do Brasil." [sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Volnei Morastoni,

depois da sua declaração de amor a Itajaí, faltou uma declaração a toda Santa Catarina.

Como deputado do Partido dos Trabalhadores, participamos esta semana do Orçamento regionalizado em Rio do Sul, e queremos dizer que com relação a essas plenárias, de certa maneira, estou de acordo com o deputado Joares Ponticelli, pois elas só se justificam se o Orçamento for impositivo. Vale o debate democrático, a discussão, mas precisamos fazer com que o Orçamento regionalizado no mínimo tenha um percentual definido no Orçamento do estado para execução de obras que são prioritárias, consensuais.

Quando apresentamos as prioridades da região verificamos que várias delas não foram consenso na região, pois uma pessoa pede uma obra para um lugar, outra pessoa pede para uma localidade diferente, como por exemplo, uns pediram a ligação de Presidente Getúlio a BR-116, outros pediram a ligação de Santa Terezinha, onde faremos uma audiência pública, a Santa Cecília, mas essas não são obras do conjunto da região, no entanto algumas são.

Então é importante, deputado Volnei Morastoni, que faça parte do Orçamento do estado, pelo menos, um percentual para ser aplicado em obras consensuais, e cito como exemplo, deputado Volnei Morastoni, o seu trabalho, pois v.exa. tem feito, eu diria, o maior diagnóstico hospitalar do Brasil em termos de assembleia, um trabalho primoroso. Estamos vendo que há várias ações na área da Saúde que são por consenso, mas não conseguimos definir a aplicação dos recursos.

Esperamos que o governador se sensibilize com esse pacote de recursos do governo federal que está vindo para Santa Catarina, a exemplo do hospital regional e o alto vale, em Rio do Sul, que já está aprovado no ministério da Saúde para termos serviços de oncologia e que precisa de R\$ 1 milhão. São R\$ 500 mil para adequar a área física e preparar algumas salas; e mais R\$ 500 mil para equipar a estrutura. E a partir daí os pacientes da oncologia da região do alto vale não

necessitarão mais de deslocamento para Lages ou para Florianópolis. Então, trata-se de obra consensual do alto vale.

Durante o primeiro mandato conseguimos alocar R\$ 1.150 milhão para o referido hospital, para a área de oncologia, no entanto, uma série de contingências internas fez com que esse recurso tivesse que ser utilizado em outras áreas. Mas já está aprovado pelo ministério o credenciamento de serviços de oncologia no alto vale do Itajaí, para o hospital regional.

É importante trabalharmos para que desses recursos federais R\$ 1 milhão seja direcionado para diminuir, amenizar o sofrimento de um conjunto da sociedade catarinense que não tem para quem recorrer.

Ao mesmo tempo, é importante dizer aos catarinenses e deixar claro nesta tribuna que o Partido dos Trabalhadores, que as comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, tiveram uma postura responsável ao fazer as suas emendas para tentar ter mais clareza no encaminhamento e no formato da aplicação dos R\$ 500 milhões que virão para Santa Catarina e devem ser investidos diretamente nos municípios, para que um percentual seja designado pelos parlamentares desta Casa, e temos que parabenizar o governador, porque pelo menos no período em que aqui estou, pela primeira vez, tem-se essa postura republicana, a mesma do nosso governo federal, adotada pelo presidente Lula e, agora, pela presidente Dilma Rousseff, porque até então, antes, isso não acontecia.

Então, dos recursos que serão aplicados nos municípios, teremos que ter mais clareza das prioridades, do formato e dos métodos adotados levando-se em consideração as características de cada cidade, o número de habitantes e o IDH.

Não conseguimos tudo, porém, avançamos com algumas emendas que foram aprovadas.

Entendemos que é importante o governador dar agilidade na aplicação desses recursos para fomentar a economia nos municípios.

Penso que Santa Catarina poderá viver um novo momento. O governo federal tem estendido as mãos para Santa Catarina como tem feito para poucos estados, estando, inclusive, prevista a ida da nossa presidente ao Japão em decorrência da questão da carne suína e dos contratos feitos, que vão ajudar muito a fomentar a economia local, a exemplo do programa Minha Casa Melhor, que a presidente Dilma Rousseff assinou no dia 12 de junho, ontem, para a pessoa que aderiu ao programa Minha Casa, Minha Vida, possa ter um crédito no valor de R\$ 5.000,00, com 5% de juros ao ano, para pagar em 48 meses, o equivalente a quatro anos.

Isso é para a compra de móveis e utensílios domésticos, em que já está estabelecido o preço teto desses equipamentos.

O cidadão do Minha Casa, Minha Vida vai poder comprar uma TV digital, por exemplo, um computador novo, uma máquina de lavar, móveis novos na hora em que comprar a sua casa. Isso vai fomentar também a economia local, o setor moveleiro e o setor da linha branca, por exemplo.

Somente para se ter uma noção, na cidade de Rio do Oeste temos, hoje, deputado Volnei Morastoni, o segundo maior fabricante de fornhos elétricos do Brasil, um companheiro que estivemos visitando na semana passada, e isso vai movimentar também imensamente aquela economia.

Por isso, esperamos que em breve o governador agilize, porque às vezes ele é meio lento, e temos que fazer este registro, os encaminhamentos dos recursos para esses municípios. E de lentidão este país está cheio, e este estado também!

Muito obrigado, deputado Romildo Titon!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce

Heiderscheidt e demais catarinenses que acompanham os nossos trabalhos, nós já falamos anteriormente nesta sessão, mas agora, no horário do partido, vamos continuar repercutindo alguns assuntos importantes.

Antes de abordá-los, gostaria de fazer o registro da presença do prefeito de Ipira, Emerson Ari Reichert, que, juntamente com o ex-prefeito Chico Aguiar, acompanha esta sessão. Sejam bem-vindos!

Ipira é um município que tem um belo governo que vem fazendo um grande trabalho para a comunidade na região do baixo vale do rio do Peixe, na divisa com Piratuba - e os dois são municípios gêmeos naquela região.

Já mencionei anteriormente na fala que fiz sobre o programa Minha Casa, Minha Vida e esses novos benefícios do fornecimento de uma linha de crédito para eletrodomésticos. E abordei também naquele momento o desejo de que, além desses programas, pudesse haver ações maiores em termos de Brasil, estados e municípios voltadas para dois setores fundamentais, que são a saúde e a educação.

Quero continuar repercutindo isso porque entendo que há um debate nacional agora muito importante sobre a questão da aplicação dos recursos dos *royalties* da extração do petróleo do pré-sal, e há um encaminhamento da nossa presidente Dilma Rousseff no sentido de que esses recursos sejam direcionados para a educação.

Entendemos isso como importante e fundamental porque somente teremos um Brasil definitivamente desenvolvido, com bases sólidas, se houver uma aplicação maciça de recursos na área da educação. E os orçamentos dos estados, das prefeituras e da própria união já se encontram comprometidos com as diversas áreas, e a dificuldade de se colocar dinheiro novo é difícil em função das demais demandas.

Mas a questão do pré-sal é um dinheiro novo, é um recurso que está aí disponível, e que se deve se deixar como legado para o Brasil em algo mais

sólido. Sendo assim, a aplicação desses recursos na educação seria importante e fundamental.

Portanto, queremos defender aqui publicamente essa ideia, apoiar essa proposta da presidente Dilma Rousseff e fazer, inclusive, um apelo aos governadores para que se engajem nessa campanha para que esses recursos do pré-sal sejam definitivamente aplicados na educação.

A segunda questão que gostaria de abordar, deputado Volnei Morastoni e deputado Jailson Lima, é um assunto que v.exa. tem abordado por diversas vezes nesta tribuna, e nós temos participado deste debate, que é a questão dos novos programas no ministério da Saúde, especialmente as novas Redes, a Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e outras, que estão trazendo uma perspectiva para o atendimento do SUS de Santa Catarina e dos nossos hospitais também.

Temos percorrido também diversas regiões, a exemplo da rede da região do meio-oeste, onde temos ali Concórdia, Joaçaba, Caçador e Curitibanos fazendo parte de uma das Redes, inclusive, disponibilizando serviços e recursos para os hospitais. E cito como exemplo o hospital São Francisco, de Concórdia, o hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, o hospital de Caçador e o hospital de Curitibanos, que poderão acessar, juntos, a R\$ 30 milhões, para uma estrutura melhor e ainda a possibilidade de um projeto de cada um dos hospitais - projeto individual. E poderão ter recursos inclusive para viabilizar um melhor atendimento na área do SUS, para um melhor atendimento na saúde pública, que é tão importante, tão reivindicada.

Eu sei que existe a discussão do reajuste da tabela do SUS, que também é importante, que também está sendo feito no âmbito do ministério pelos hospitais. Mas essa possibilidade de recursos novos, através dessas Redes de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e de outras, poderá trazer uma perspectiva de atendimento melhor à saúde, como estão trazendo também as Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, pois isso possibilita

um melhor atendimento principalmente nas emergências.

Alias, é sempre uma dificuldade nos municípios, na questão do atendimento de Urgência e de Emergência e onde há a possibilidade de ter a UPA, que é a Unidades de Pronto Atendimento. Isso vai dar, e já está dando, um ganho importante às comunidades. E outros municípios irão implantar, a exemplo do município de Concórdia, que está em fase de elaboração final do projeto para o início da execução das Unidades de Pronto Atendimento.

Então, são questões importantes relacionadas a esses dois temas vitais para o desenvolvimento das comunidades, que é a saúde e a educação.

Eu disse anteriormente que a aprovação aqui em Santa Catarina do fundo de apoio aos municípios é importante e fundamental, porque vai possibilitar recursos para a infraestrutura dos municípios. Mas só teremos qualidade de vida, desenvolvimento de forma permanente, se tivermos o aporte de recursos importantes para essas duas áreas fundamentais que são a saúde e a educação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PSDB. Na ausência de deputados do PSDB, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero agradecer a benevolência do deputado Silvio Dreveck que me cede o seu horário para que eu possa fazer a minha manifestação. Alias, deputado Silvio Dreveck, justa.

Nós recebemos aqui, já desde o dia de ontem, várias manifestações da nossa região e de toda Santa Catarina, com referência à mobilização nacional que a Frente Parlamentar da Agropecuária, no Congresso Nacional, está promovendo, por preposição do nosso deputado Valdir Collato, do PMDB de Santa Catarina.

O que está acontecendo? Hoje a Funai está *sub judice* pelas falcatruas que já foram levantadas em termos nacionais. Já existe uma CPI tramitando, ou proposta, no Congresso Nacional, para apurar as fraudes, ou as falcatruas, repito, da Funai, em termos de Brasil.

Portanto, a Frente Parlamentar entendeu que deveria tomar uma atitude em defesa daqueles que produzem alimentos em Santa Catarina.

Os índios produzem balaio, arcos e flechas, lembrancinhas, colares e uma série de coisas que fazem parte da sua cultura, mas eles não produzem alimentos, não produzem aquilo que é o mais sagrado na vida do ser humano e dos animais, que é o grão. Também não produzem carne e leite.

Então, temos que entender que quem está promovendo toda essa confusão no Brasil, buscando novas demarcações de terras indígenas, não são os amarelos, não são os silvícolas de pele amarela. Tem muita figurinha loura, de cabelo crespo, que está se intitulado como índio. Índio tem pouca barba, ou nada, e tem cabelo liso, tem a pele amarelada. Não é loura e não é preta.

Eu quero cumprimentar o Colatto, mais uma vez, e toda a bancada catarinense por essa preocupação, deputado presidente Romildo Titon, porque não podemos admitir que em Santa Catarina haja mais uma demarcação de terras indígenas.

Nós temos meia dúzia de índios em Santa Catarina. E estão trazendo índios do Paraguai para dizer que são brasileiros. Estão trazendo índios do Rio Grande do Sul, judiando daquelas famílias que não querem se locomover, mas por força de pessoas interesseiras, da Funai, que buscam esse sacrifício dessas famílias de índios.

Hoje, Santa Catarina tem terra de sobra para índios. Por que a Funai não segue o exemplo dos nossos índios de Ipuaçu, que estão muito bem instalados, estão produzindo ordenadamente, não estão invadindo terras de colonos, e vivem em harmonia com os nossos produtores, deputado Romildo Titon? Lá é uma região de produtores de grãos, e os índios vivem em harmonia com esses produtores. Eles têm terra suficiente, como em

tantas outras áreas indígenas de Santa Catarina que também têm terra suficiente. E não são eles que estão grilando, que estão tentando novas demarcações. Isso é coisa de alguém lá de Brasília, que tem interesse, e até de outros países. Inclusive, dizem que os índios estão sendo judiados.

Por que o governo federal não se preocupa em dar saúde àqueles índios do Mato Grosso e do Amazonas que estão morrendo por falta de medicamento? Morrem crianças por falta de atendimento médico, por falta de alimentação, meus amigos. Falta alimentação para os índios da Amazônia e do Mato Grosso. Que país é este? Quem é o responsável por tudo isso?

Os governos têm que entender que o índio também tem que ter saúde, ele não vive somente de chás. Hoje, existem outras moléstias que requerem um atendimento médico-hospitalar, uma alimentação mais completa para as crianças e mesmo para os adultos.

Eles não querem que a Funai busque mais terras para fazer sensacionalismo neste Brasil. Os índios querem tratamento igualitário, a comida que não podem produzir, assistência médica e educação.

Cansamos de ver na televisão, deputado Romildo Titon, o apelo que os índios mais esclarecidos fazem ao governo. Eles querem assistência social tanto quanto o branco recebe.

Por isso quero conclamar aqui os catarinenses para que no dia de amanhã, a partir das 9h, até as 14h, façamos uma mobilização, começando pelo município de Lebon Régis, onde a rodovia será fechada por alguns minutos e lá permanecerá uma equipe fazendo panfletagem. Da mesma forma será feito aqui na Palhoça, na 282, na 158, na 467, na 283, no mesmo horário e mesmo dia.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência de orador deste partido, o próximo horário é do PMDB.

Com a palavra a deputada Dirce Heiderscheidt, por até 14m.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Bom-dia sr. presidente, bom-dia aos telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, aos nossos queridos deputados, ao deputado Mauro de Nadal, hoje aqui presente, visitantes e funcionários desta Casa.

Hoje venho a este plenário para falar de um tema muito importante, que diz respeito à responsabilidade de todos nós, seja como cidadãos, como membros de uma família ou como legítimos representantes da sociedade, eleitos para o mandato parlamentar.

Dia 15 de junho comemora-se o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. No Brasil, o número de idosos registrou um aumento populacional, na última década, passando de 9,1% do total, em 1999, para 11,3%, em 2009, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Projeções estatísticas da Organização Mundial da Saúde apontam que o período de 1975 a 2025 será a Era do Envelhecimento. A população de idosos no país crescerá 16 vezes, colocando o Brasil no ranque da sexta população idosa do mundo, ou seja, mais de 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

A violência contra os idosos não ocorre somente no Brasil, faz parte da violência social em geral e constitui um fenômeno universal. Em muitas sociedades, diversas expressões dessa violência frequentemente são tratadas como uma forma de agir normal e naturalizada, ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas.

Tanto no Brasil como no mundo a violência contra os mais velhos se expressa entre os ricos e os pobres, entre os gêneros, as raças e os grupos de idade, nas várias esferas de poder político, institucional e familiar.

A maneira com que a sociedade trata os idosos é muito contraditória. Na maioria das vezes passa a visão negativa do envelhecimento, pois mantém e reproduz a ideia de que a pessoa vale o quanto produz e o quanto ganha, por isso, os mais velhos,

fora do mercado de trabalho e quase sempre, ganhando uma pequena aposentadoria, podem ser descartados.

Quando vítimas de maus-tratos praticados pelos familiares, os idosos, e mais especialmente as idosas, em virtude de sua fragilidade física e emocional, temem denunciar os seus agressores por medo de sofrer represálias e também em virtude de, muitas vezes, alimentarem sentimento de afeto em relação aos seus agressores.

O número de registro de violência contra a pessoa idosa em 2012 corresponde a 30.451 casos. Desse total, 10.157, 33% das violências, estão relacionadas a abandono, cárcere privado, violência doméstica entre outros. As violações mais recorrentes foram: negligência, 38%; violência psicológica, 29%; abuso financeiro e econômico, 15,5%; e violência física, 15%. Em mais de 90% das denúncias, as violações ocorrem dentro de casa e foram praticadas em sua maioria, 82%, por familiares, principalmente filhos - 51%.

Diante desse quadro, a ausência de políticas sociais direcionadas aos idosos em situação de risco traduz-se na própria negação dos direitos fundamentais da pessoa humana, os quais a República Federativa do Brasil possui obrigação constitucional e moral de proteção, tanto mais quando se tem em vista os tratados internacionais dos quais é signatária.

Para evitar que as várias formas de violência contra as pessoas idosas sejam banalizadas na sociedade, torna-se essencial desencadear um processo sólido de informações sobre os direitos desse segmento, bem como o desenvolvimento de ações simples e consistentes, comprometendo, dessa forma, efetivamente, as comunidades e o estado a prevenirem e enfrentarem todo e qualquer tipo de violência praticada contra as pessoas idosas com idade avançada.

Estamos buscando, senhoras e senhores deputados, toda forma de contribuir para que nossos idosos possam envelhecer com dignidade, seja através de material gráfico, audiências públicas, parcerias com entidades que lidam com o

envelhecimento e outros mecanismos necessários para que o futuro dessas pessoas seja pensado com responsabilidade por todos nós.

Neste momento, gostaria de passar um vídeo para fortalecer ainda mais esse tema.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Precisamos fazer a nossa parte, srs. deputados. E nesse sentido estamos trabalhando no Fórum em Defesa da Pessoa Idosa essa questão do envelhecimento com dignidade, percorrendo todo o estado de Santa Catarina, indo ao encontro da sociedade civil, para discutir temas como esse, muito importantes para a nossa sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica e encaminha aos destinatários a seguinte Indicação n. 0354/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s 0637/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0638/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.